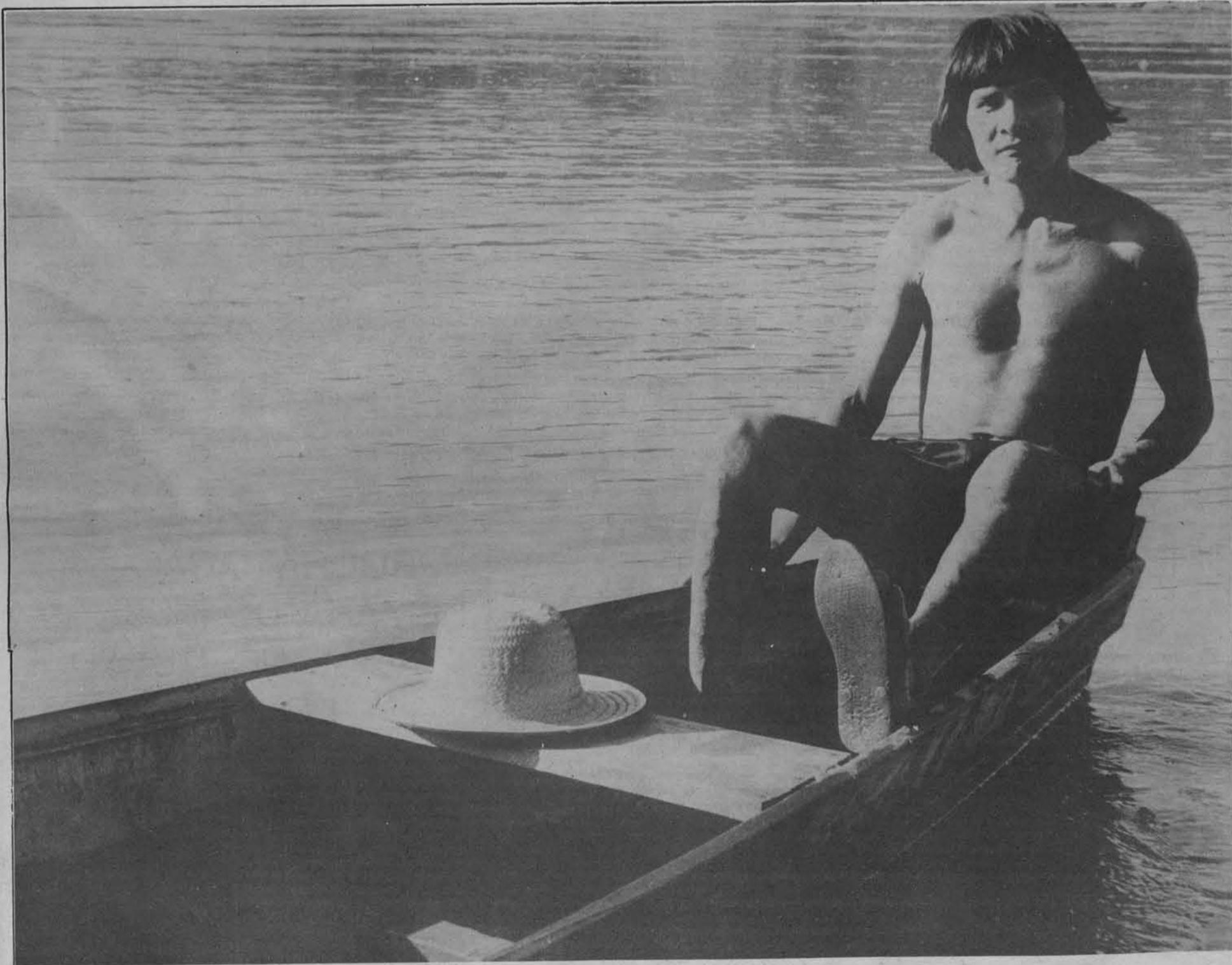


MUSEU AO VIVO

JORNAL DO MUSEU DO ÍNDIO - RJ

ANO II - Nº 02 ABRIL/MAIO/JUNHO/91

Foto: Walter Sanches/Funai



Ocultar-se para resistir. Esta foi a forma encontrada pelos Avá-Canoeiro para sobreviverem física e culturalmente diante da expansão da sociedade nacional.

AVÁ-CANOEIRO: O POVO INVISÍVEL

Pág. 03

Museu do Índio Desenvolve Pesquisa Sobre os Índios Tremembé do Ceará

Pág. 04

EDITORIAL

A POLÍTICA DO PATRIMÔNIO CULTURAL E O MUSEU DO ÍNDIO

“... caberá também abertura de espaço para as manifestações das culturas indígenas — sempre em articulação estreita e harmoniosa com a Funai —, justificada pelo apoio à integridade das culturas dos primeiros brasileiros, que resistem e florescem com extraordinária pluralidade e criatividade, culturas que se reproduzem e se transformam com dignidade em seu meio ambiente.”

(Lélia Gontijo, presidente do Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural)

Em relação ao artigo “Política do Patrimônio Cultural”, da antropóloga Lélia Gontijo Soares, publicado no *Jornal do Brasil* em janeiro de 1991, sentimo-nos à vontade para expor também nossas reflexões sobre o assunto. O texto referido aborda temas que nos afetam diretamente na tarefa de discutir a Questão Indígena. E por seu conteúdo esclarecedor e adequado ao papel desempenhado pelo Museu do Índio junto aos seus diversos públicos, queremos, ainda, declarar que o artigo nos sensibilizou bastante nos seguintes tópicos:

O museu como um canal privilegiado na cultura brasileira.

Assim o entendemos, quando direcionamos nossos esforços para consolidar o Museu do Índio como centro de divulgação da causa indígena, procurando resguardar, sob o ponto de vista material e científico, as manifestações culturais representativas da história e da tradição dos índios brasileiros.

A presença da comunidade no processo cultural.

Entretanto, estar presente ativamente na rotina dos diversos grupos sociais é um aprendizado do dia a dia, que se torna ora frustrante, ora recompensador.

O envolvimento com a comunidade revela-se como um processo de conquista a longo prazo, passando pelo objeto para atingir o alvo principal: o homem. Em seguida, museu e sociedade trabalharão trocando experiências, o que efetivará uma dinâmica social renovadora.

Abertura de espaço para as manifestações culturais indígenas.

A rotina das equipes: do Museu do Índio parte sempre do trabalho de diminuir resistências, preconceitos e estereótipos em relação aos grupos indígenas brasileiros. Em consequência, promovemos atividades que sejam capazes de despertar nas pessoas uma vontade cultural e, com isso, expor a grandiosidade da Questão Indígena: há mais de 200 modos de ser índio no Brasil. Oferecemos programações próprias de um museu que busca ser um centro de referência, através da representação de situações, onde a “alteridade” apareça naturalmente envolvida com as manifestações culturais da sociedade nacional. Por exemplo, eventos como “O cru e o cozido — a cozinha do Brasil” e “O índio no Carnaval carioca” alcançaram um público estimado em 700 pessoas, utilizando como gancho a presença indígena nos costumes das populações urbanas e rurais.

O tempo cultural não é cronológico.

A filosofia do Setor de Antropologia Visual do Museu do Índio de divulgar documentos etnográficos visuais e sua utilização como instrumentos de devolução e reativação de manifestações culturais “tornam coisas do passado altamente relevantes para o presente e estimulantes para a construção do futuro”.

Riquezas culturais à disponibilidade do público.

Compõem o acervo deste Museu 10 mil peças, 26.500 volumes, 500 mil documentos inéditos e 50 mil negativos fotográficos que registram a realidade das comunidades indígenas brasileiras, algumas já desaparecidas. Tudo à disposição do pesquisador e armazenado num prédio tombado — um casarão do século XIX —, aguardando uma urgente restauração. No momento desenvolve-se o projeto de reforma do espaço, que está sendo oferecido a grandes empresas dedicadas a patrocinar eventos e obras na área cultural.

O Museu do Índio também olha para o futuro e quer participar ativamente da II Conferência Internacional sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a realizar-se em 1992 no Rio de Janeiro, considerando-a como evento da mais alta significação para o tratamento dos problemas relativos ao meio ambiente, quando será destacado o índio e seu *modus vivendi*, isto porque a Questão Indígena se insere em contexto global, onde o meio ambiente tem estreita ligação com as manifestações do patrimônio cultural. Daí surgiu o interesse em travar um maior intercâmbio científico-cultural com o Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural, tornando o Museu do Índio mais próximo desse órgão para que, juntos, possam documentar e revelar à sociedade nacional a diversidade cultural, dinâmica fundamental para a preservação da identidade brasileira.

Marta Gontijo, Diretora do Museu do Índio

Cristina Botelho, Jornalista

OPINIÃO

A ECOLOGIA RUMO A ECO 92

ENEIDA GUIMARÃES *

A relação Floresta Amazônica está para Brasil assim como Floresta da Tijuca está para Rio de Janeiro enfoca, com real tamanho, o pensar globalmente, o agir localmente. Relações estas que vada vez mais nós, ecologistas, procuramos passar a todos os cidadãos, nesta corrida que a cidade se encontra numa epidemia ecológica rumo a ECO 92.

Como é sabido por todos nós, o Rio de Janeiro sediará em junho de 1992 a II Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED 92). Para que saibamos o que tirar de verdadeiro e legítimo deste encontro, faz-se necessário que nós organizemos nossas propostas e projetos bem definidos de preservação ambiental num real encontro de uma qualidade de vida melhor.

Para alcançarmos esse objetivo, teremos que nos unir em todas as nossas frentes ecológicas, sociais, políticas e empresariais. Faz-se necessário uma divulgação cada vez maior das informações, o apoio das empresas de ética e um novo modelo de desenvolvimento calcado no respeito ao ser humano e a tudo existente em nosso planeta.

A iniciativas como a do Museu do Índio, que está sempre participando e apoiando aqueles que procuram passar uma mensagem, devem se agregar todos os demais, pois temos muito trabalho e um grande desafio de conter as nossas queimadas na Amazônia, limpar as nossas águas, e como afirma claramente o relatório “Brundtland” — Nosso Futuro Comum, que fundamenta a convocação da UNCED 92: “A miséria absoluta é incompatível com qualquer tipo de preservação ambiental”.

* Arquiteta; Fundadora do Salve Amazônia; do SOS Verde; e do Movimento Pró-Floresta da Tijuca e membro do Conselho Consultivo do Pró-Rio.

EXPEDIENTE MUSEU AO VIVO

Jornal do Museu do Índio, órgão da Funai, vinculado ao Ministério da Justiça.

● Publicação trimestral

● Edição: Marta Gontijo e Cristina Botelho

Consultoria Técnica: Maria Elizabeth Bréa Monteiro (Antropóloga)

Participação: Eliane Maria de Souza

Produção: Jotanesi Edições

● Distribuição gratuita — Nº 2 — abril/maio/junho/91

● Tiragem: quatro mil exemplares

Rua das Palmeiras, 55 - Botafogo

Rio de Janeiro - RJ

CEP - 22.270

Tels.: 286-8799 e 286-8899

PROGRAMAÇÃO DA SEMANA DO ÍNDIO EM ABRIL NO MUSEU DO ÍNDIO

Abertura da exposição CORPO E ALMA YANOMAMI

● 30 fotos, cor, de Jairo Mancilha e Rubens Esposito, revelando a percepção que o povo Yanomami (AM/RR) tem de si e do mundo.

● peças artesanais do cotidiano Yanomami.

Dia 17/04 — 15 horas — Palestra “Os Yanomami”, indicada para professores de 1.º e 2.º graus, a ser apresentada pelo químico Rubens Esposito, abordando desde aspectos gerais do cotidiano do grupo indígena até o tema específico saúde. Haverá, também, exibição de slides.

Dia 19/04 — 18 horas — Mesa-Redonda “Saúde Yanomami”.

Toda a programação será gratuita.

(Favor confirmar atividades pelos telefones 286-8899 e 286-8799)

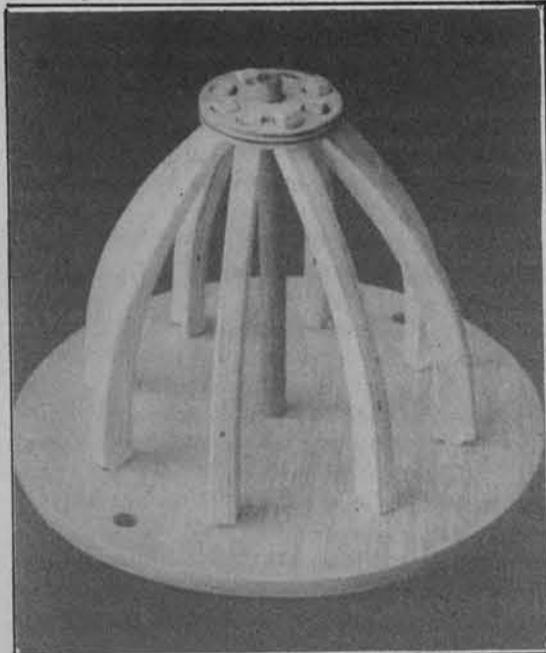
Horário de visitação:

de terça a sexta-feira, das 10 às 18h; sábado e domingo, das 13 às 17 horas.

BIBLIOTECA DE BRINQUEDOS NO MUSEU DO ÍNDIO

POR: CRISTINA BOTELHO

Foto: Lamônica



RI' - Habitação Xavante: brinquedo confeccionado pela arte-educadora Oneide Guimarães.

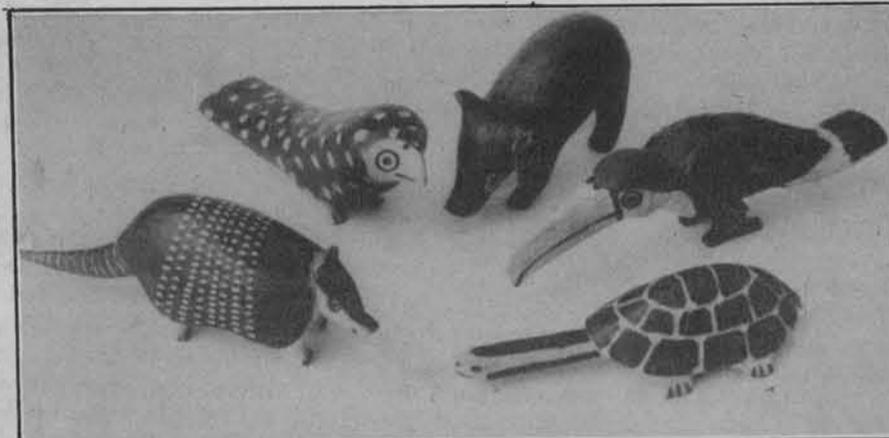
Com o objetivo de valorizar a brincadeira e a criança, o Museu do Índio e a Brinquedoteca Hapi, coordenada pelas educadoras Beatriz Muniz Freire e Cristina Lalette Porto, oferecem ao público infanto-juvenil um núcleo de lazer com 1.500 brinquedos industrializados, artesanais e indígenas.

A Brinquedoteca Hapi é uma porta aberta no Museu do Índio para a criança brincando conhecer a realidade do índio brasileiro. Hapi é termo do idioma Yanomami que significa "entrada".

Na Brinquedoteca, a criança se associa através de doação de brinquedo e pagamento de taxa. Escolas também podem conhecer o espaço. As visitas devem ser feitas em grupos de no máximo 30 pessoas. Existe, ainda, a Oficina da Sucata, onde se aprende a restaurar e construir brinquedos.

A Brinquedoteca Hapi funciona, no Museu do Índio, de terça a sexta-feira, das 9 às 12 h e das 14 às 17 h; e sábado, das 13 às 17 horas. Informações pelo telefone 286-2097.

Foto: Lamônica



Brinquedos do grupo indígena Mbyá-Guarani (BR/ARG)



USANDO A TRADIÇÃO



E ABUSANDO DA QUALIDADE



Eliana Granado e Trumack

ENTREVISTA

ELIANA GRANADO *

A população hoje conhecida é de apenas 15 pessoas, divididas em dois grupos: o do "Araguaia", constatado em 1973, composto de nove pessoas, vivendo na Ilha do Bananal junto aos índios Javaé; o outro, conhecido por grupo do "Tocantins", de contato mais recente, em 1983, localizado no nordeste goiano, a 10 km do canteiro de obras da Usina Hidrelétrica Serra da Mesa construída por FURNAS.

Praticam técnicas de subsistência tradicionais: caça, pesca e agricultura e fabricam objetos para fins utilitários e rituais, como cestaria de palha de buriti, instrumentos musicais, armas.

Pelo menos outros três grupos de Avá-Canoeiro vivem ainda isolados, dentro e fora da área interditada, correndo sérios riscos de extinção.

MV - Qual a finalidade do Comitê Avá-Canoeiro? Quais seus integrantes?

EG - A idéia de criação do Comitê surgiu desde a época dos primeiros contatos com o segundo grupo, em 1983, quando uma equipe de técnicos do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia - IGPA da Universidade Católica de Goiás esteve naquela área em companhia de Mércio Pereira Gomes, antropólogo e professor da UNICAMP. A necessidade de criação do Comitê se deu frente ao risco de vir o pequeno grupo a sucumbir num processo de maior vulnerabilidade após o contato. Efetivamente, o Comitê Pró-Demarcação das Terras Avá-Canoeiro foi criado em 19 de abril de 1990.

Os seus objetivos não se restringem unicamente à demarcação das terras,

mas também à concretização do contato com esses grupos ainda isolados, na tentativa de unificá-los dentro de seu território, com vistas a garantir sua sobrevivência física e cultural.

A proposta do Comitê consiste no engajamento de todos os segmentos da sociedade, de maneira a chamar a atenção da opinião pública e, dessa forma, induzir os setores competentes a proceder a atração e a demarcação com a devida urgência. O grupo é integrado por: Dulce Rios Pedrosa (pesquisadora do IGPA/UCG), Eliana Granado (socióloga/Funai), Ester Silveira (antropóloga/Funai), Hélio Madalena (indigenista/Funai) e Mário Arruda (diretor do IGPA/UCG).

MV - Como está o processo de demarcação da Reserva Indígena Avá-Canoeiro?

EG - A presença "supradimensional" da hidrelétrica em território Avá fez com que Furnas assumisse a responsabilidade social do grupo como forma de compensação pela interferência direta e indireta que acaba por provocar aos índios. Desta forma, os trabalhos de demarcação serão supervisionados pela Funai, com o concurso do corpo técnico e operacional de FURNAS, às expensas desta. O plano de operação já foi aprovado pela empresa e deverá ser executado em breve.

MV - Em relação à construção da Usina Hidrelétrica Serra da Mesa, como fica a questão da sobrevivência física e cultural da sociedade Avá?

EG - Objetivamente, está comprometida. No entanto, é necessário atentar à particularidade da questão Avá-Canoeiro. Esta não permite somente este enfoque. Seria por demais simplista, na medida que não relevaria aspectos importantes.

O genocídio, levado a efeito pela sociedade envolvente contra o Avá-Canoeiro só foi interrompido, concretamente, com a interdição de seu território em 1985, posterior à instalação do canteiro de obras de FURNAS. Fato relativamente recente, portanto.

É forçoso admitir que, à vista da situação anterior, a presença de FURNAS, com toda a carga resultante deste impacto, é o mau menor.

Esta constatação não deve nos conduzir, necessariamente, a uma acomodação. Assim é que temos mantido entendimento com FURNAS para chamar-lhe à responsabilidade social para com o grupo, de modo a amenizar os danos advindos dessa presença forçada no território Avá-Canoeiro.

MV - A partir de sua experiência com os Avá, como você vê a questão: progresso X sociedades indígenas? Existe um impasse?

O impasse não se dá pelos desdobramentos inerentes ao progresso. Entendemos que não podemos obstar o homem em sua caminhada rumo ao aperfeiçoamento de suas tecnologias. O impasse estabelece-se pelo mau uso ou pela inoportunidade, hipótese esta que se ajusta ao Avá-Canoeiro. Portanto, o progresso que se faz presente no antibiótico que salvou a vida do pequeno Trumack Avá-Canoeiro é o bom uso do progresso, enquanto que a presença de FURNAS em território indígena, com os reflexos que irradia, encarnaria o espectro nocivo deste progresso.

* Socióloga e Assessora de Assuntos Indígenas da FUNAI em Goiânia.

PESQUISA INDÍGENA

Pesquisa Etnoarqueológica Sobre os Tremembé

JUSSARA GOMES*

No município de Itarema, localizado no litoral norte do Estado do Ceará, vivem mais de três mil pessoas que se auto-identificam como descendentes diretos dos índios Tremembé. Lutam pelo seu direito às terras em que vivem há muitos séculos e que lhes estão sendo usurpadas. Nos últimos anos eles vêm sofrendo violências, repressão e preconceitos cada vez mais intensos, tanto por parte de particulares quanto por parte de empresas privadas que chegam à região, expulsando-os de suas terras para delas se assenhorearem e explorá-las.

Diante das mudanças provocadas pelo contato sistemático com a nossa sociedade, pelo menos desde o século XVII, os Tremembé, à primeira vista, podem ser confundidos com os caboclos que habitam as regiões vizinhas. Entretanto, eles mantêm características e formas próprias de organização social, que deixam claro tratar-se de um povo com identidade diferente da sociedade brasileira envolvente.

Os Tremembé eram numerosos e ocuparam, no passado, grande extensão do litoral nordestino pertencente aos atuais Estados do Maranhão, Piauí e Ceará. Na passagem do século XVII para o XVIII, padres jesuítas fundaram uma missão em Almofala (pertencente, atualmente, à Itarema). Aí reuniram os Tremembé, erguendo uma igreja dedicada a N^ª S^ª da Conceição.

Este povo, originalmente, era nômade e dedicava-se, principalmente, à pesca, embora também caçasse e coletasse outros produtos da natureza. Durante o período colonial sua população diminuiu muito e sofreu um processo de sedentarização, devido a guerras, epidemias e outras ações dos colonizadores europeus no nordeste do Brasil.

Apesar de termos conhecimento da existência de grupos de famílias Tremembé em diversos pontos do litoral do Maranhão e do Ceará ainda hoje, a maior parte da sua população atual está concentrada na região de Almofala, pelo menos desde o século XVIII.

A imposição de nossa língua e muitos de nossos costumes sobre os Tremembé, através de séculos de contato, não os fez perder sua unidade, sua coesão interna, seu sentimento de diferenciação em relação à sociedade brasileira regional, nem tampouco sua forte ligação com as terras de origem. Além disso, continuam tendo a pesca como sua atividade básica de subsistência.

O Setor de Arqueologia do Museu do Índio está começando a desenvolver uma pesquisa entre eles — o Projeto Etnoarqueológico Tremembé. O objetivo do trabalho é buscar reconstituir a história deste povo, procurando retroceder até tempos anteriores à chegada dos colonizadores naquelas terras. Analisará as mudanças ocorridas nas formas de ocupação do território de aproveitamento dos recursos naturais da região por parte dos Tremembé, observando até que ponto os fatores ambientais e a interferência da nossa sociedade tiveram influência nestas mudanças. Esta pesquisa também visa registrar a tradição oral, as formas de confecção e utilização de artefatos, assim como os usos, costumes e hábitos tradicionais dos Tremembé que sobreviveram até hoje. Um censo da população Tremembé atual e mapas dos locais que ocuparam no passado e que habitam no presente completarão o trabalho que ora se inicia.

Para se atingir tais objetivos serão utilizados recursos metodológicos próprios da Arqueologia, da Etnologia e da História, disciplinas científicas que, embora tenham campos de atuação bem delimitados, podem se complementar, oferecendo maior profundidade e amplitude ao estudo proposto.

Assim, esta pesquisa poderá colaborar com os Tremembé, aprofundando o que já se conhece sobre sua história e subsidiando-os nas suas reivindicações pelas terras em que vivem desde tempos imemoriais, além de contribuir para o resgate e preservação de suas tradições culturais.

* Responsável pelo Setor de Arqueologia do Museu do Índio

Yanomami - Alguns Aspectos da Alimentação, Saúde e Doença

JAIRO MANCILHA*

Os Yanomami vivem numa área de, aproximadamente, 250 mil km² de floresta tropical, localizada na região de fronteira entre Brasil e Venezuela. Eles residem em cerca de 200 aldeias, perfazendo uma população de 16 mil habitantes, cuja metade vive em território brasileiro. Os Yanomami constituem-se no maior grupo indígena das Américas, sendo a maioria ainda isolada do contato regular com a sociedade nacional.

Alguns estudos apontam como seu habitat de origem a Serra Parima, cujo difícil acesso explica o grau de isolamento em que os Yanomami se mantiveram durante pelo menos mil anos, e que algumas aldeias mantêm até os dias de hoje. A partir de 1987, o contato indiscriminado aumentou muito devido à invasão do seu território por garimpeiros.

Os Yanomami são semi-nômades. Como sua alimentação depende do cultivo de roças, suplementada pelos produtos da caça, da coleta de frutos e insetos, eles se mudam periodicamente quando a região circunvizinha à aldeia diminui seu potencial produtivo. Cultivam banana, mandioca, batata-doce, cará, inhame, cana-de-açúcar, algodão e fumo, sendo os dois primeiros seus principais alimentos.

Tradicionalmente, os Yanomami não ingerem bebidas alcoólicas e nem fumam, mas têm o hábito de usar folhas de fumo enroladas com cinza, com as quais fazem um pequeno chumaço ("penahe"), que mantêm entre o lábio inferior e a gengiva. Na maioria das aldeias existe pouco ou nenhum acesso a sal, açúcar, álcool, leite e derivados.

O principal problema de saúde dos Yanomami são as moléstias infecciosas e parasitárias e a desnutrição.

As doenças da pele são frequentes, principalmente a Oncocercose, causada pela infestação de microfilárias no tecido subcutâneo. Os sintomas são coceira, ressecamento da pele e nódulos subcutâneos, causando em alguns casos cegueira por acometimento do nervo ótico. A doença é transmitida pelo Pium, um mosquito que se alimenta de sangue. Acredita-se que a Oncocercose tenha sido trazida da África por missionários que vieram trabalhar com os Yanomami.

Ultimamente, a Malária se espalhou por todo território Yanomami levada pelos garimpeiros que invadiram suas terras. Tem havido muitas mortes principalmente de crianças, muitas delas associadas à desnutrição.

Outra doença que dizimou muitos Yanomami na década de 70, durante a construção da rodovia Perimetral Norte, e que até hoje constitui risco é o Sarampo.

A Tuberculose também é importante causa de morte em algumas aldeias. Entre os Yanomami um simples resfriado pode levar ao óbito, devido ao fato de terem menor resistência às doenças dos "civilizados".

Por outro lado, os Yanomami não têm certas enfermidades muito frequentes em populações urbanas como a hipertensão arterial (pressão alta) e a doença coronária (Infarto e Angina). Os fatores que, em conjunto, podem explicar a ausência dessas doenças são: baixa ingestão de sal e gorduras; alta ingestão de potássio e fibras; alimentação predominantemente vegetariana, sem açúcar e derivados de leite e álcool; atividade física regular; e ausência de obesidade, do vício de fumo, do tipo de estresse psicossocial da sociedade industrializada.

Foto: Jairo Mancilha



Índias Yanomami da aldeia Maturacá / AM, 1982.

* Médico e pesquisador do CNPq com Pós-Doutorado em Cardiologia Preventiva pela Northwestern University of Chicago, USA.

IMPRESSO

